

### VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA

#### VIOLENCE AGAINST CHILDREN WITH DISABILITIES

Andréia Soares Pina<sup>1</sup>  
Doracina Aparecida de Castro Araujo<sup>2</sup>

#### Resumo

As crianças com deficiência que estão chegando às escolas têm recebido olhares desconfortantes e preconceituosos. Com essa constatação é que se intencionou realizar uma pesquisa para compreender a relação entre deficiência e violência no espaço escolar, a partir dos resultados de pesquisas realizadas na área da Educação Especial. O estudo iniciou com a revisão bibliográfica e o mapeamento de artigos em revistas especializadas da área de Educação Especial, na sequência, a análise, observando as revelações dos pesquisadores sobre o tema. Os resultados da pesquisa evidenciaram que são poucos os estudos publicados que envolvem, de forma associada, os temas Violência, Educação Infantil e Deficiência. É importante se atentar para o fato de que para ocorrer a inclusão escolar faz-se necessário um investimento na criança, a partir de estudos que proporcionem momentos de brincar, jogar, estudar, sem pressões ocasionadas pela insegurança, maus tratos, preconceito e violência física ou simbólica, criança sendo criança.

**Palavras-chave:** Deficiência. Inclusão escolar. Violência escolar. Educação infantil.

#### Abstract

Children with disabilities who are coming at schools have received these discomfoting and unbiased looks. With this finding is intended to conduct a search to understand the relationship between disability and violence in the school space, from the results of research conducted in the area of special education. The study began with a literature review and mapping of articles in specialized journals in the area of special education, following by the analysis, looking at the revelations of the researchers on the subject. The research results showed that there are few published studies involving, with associated form, the themes violence, childhood education and disability. It's important to pay attention to the fact that to occur the school inclusion it is necessary an investment in children, from studies that provide moments of play, study, without pressures caused by insecurity, ill-treatment, prejudice and physical or symbolic violence, child being a child.

**Keywords:** Disability. School inclusion. School violence. Childhood education.

---

<sup>1</sup> Discente do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Estudante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Práxis Educacional (GEPPE), nas linhas de Pesquisa Educação Especial e Educação e Violência. Bolsista do PIBIC/CNPQ/UEMS (2013-2014). Estudante do Observatório da Educação (OBEDUC).

<sup>2</sup> Docente dos cursos de Pedagogia, Especialização em Educação e Mestrado em Educação da UEMS. Líder do GEPPE, Coordenadora da linha de pesquisa Educação Especial e Pesquisadora da linha de pesquisa Educação e Violência. Pesquisadora do OBEDUC e Coordenadora de área do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID).

## Introdução

A violência pode ser justificável, mas nunca será legítima. Sua justificação perde em plausibilidade quanto mais o fim almejado distancia-se no futuro. (ARENDDT, 1994, p. 41).

A violência justificável ou não, plausível ou não, ocorrida na sociedade nunca será legítima (ARENDDT, 1994), considerando que quem a pratica se afasta das pessoas no presente e no futuro, pois a finalidade de tal ato não se justifica. Se na sociedade que é mais ampla existe essa concepção, no espaço escolar, tal assertiva é mais justificável. A violência tem se destacado como um tema relevante na atualidade, em qualquer *locus*, como é possível constatar na mídia do país.

A educação poderia fazer o diferencial, no entanto, vivemos em uma sociedade em que a escola ainda usa de seu poder para disciplinar a criança, sendo possível controlá-la apenas momentaneamente, considerando que a criança é ativa, precisa de movimento, de ação, de atividade. Quando não respeitam a individualidade da criança ela busca ações consideradas como violentas ou indisciplinadas, mas nem sempre essa é a sua intenção.

É possível verificar que as pessoas não aprenderam a conviver com as diferenças, sejam elas físicas ou intelectuais e, muitas vezes, usam a força contra o próximo. Essas diferenças apresentadas pelo Público Alvo da Educação Especial<sup>3</sup> (PAEE) são em muitas situações marcadas pela incompreensão da equipe escolar e pela sociedade, que ainda não compreenderam que vivemos um novo momento marcado pela inclusão escolar de todos, independente de etnia, gênero, classe social, deficiência, entre outras especificidades.

Entendemos que é importante compreender o significado da palavra violência, para tanto, nos ancoramos nas contribuições de Arendt (1994). A violência abrange diversos fatores relacionados ao sujeito e ao objeto, no caso da criança PAEE, que entra no espaço escolar, muitas vezes, com histórico de violência, maus tratos ou negligências vivenciadas na sociedade e/ou na família, que já os conduzem para situações de baixa estima, insegurança e medo.

---

<sup>3</sup> Conforme Decreto Nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, Art. 1º “[...] § 1º Para fins deste Decreto, considera-se público-alvo da educação especial as pessoas com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades ou superdotação [...]”. (BRASIL, 2011).

A equipe escolar precisa compreender as diferenças e buscar realizar o processo ensino-aprendizagem de forma a desenvolver as habilidades de todos, considerando suas potencialidades, como ser integral. De acordo com Heller (apud PERANZONI; FREITAS, 2000, p.17) "[...] a vida cotidiana é a do homem inteiro; ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade".

A partir dessas considerações é que objetivamos apresentar o resultado de uma pesquisa de Iniciação Científica, com vistas a compreender a relação entre deficiência e violência no espaço escolar, a partir dos resultados de pesquisas na área da Educação Especial, pois entendemos que compreender esse fenômeno contribuirá com os estudos sobre inclusão escolar.

Este artigo, recorte da pesquisa realizada, apresenta o levantamento e a análise dos artigos publicados na Revista de Educação Especial de Santa Maria e na Revista Brasileira de Educação Especial de Marília, utilizando como descritores as palavras violência, preconceito, deficiência, estigma, bullying, associadas e separadas, considerando os objetivos do estudo e as questões propostas no projeto.

## **1. Metodologia**

Para atingir ao objetivo proposto “a relação entre deficiência e violência no espaço escolar, a partir dos resultados de pesquisas realizadas na área da Educação Especial”, foi realizado o mapeamento dos artigos em duas Revistas específicas que discutem temas sobre Educação Especial - a Revista Brasileira de Educação Especial (Marília-SP) e a Revista de Educação Especial (Santa Maria-RS), no período de 2000 a 2013, com um olhar para a violência cometida contra crianças PAEE.

Os artigos foram analisados com o subsídio e referências bibliográficas sobre o tema Educação Especial associado ao tema Violência, sendo que no Brasil esses temas associados são pouco abordados, mesmo sendo importantes para o desenvolvimento das crianças com ou sem deficiência, contribuindo para intervenções pedagógicas para sua formação.

No mapeamento envolvendo as duas revistas foram identificados dezesseis artigos que correspondiam ao objeto delimitado, com um diferencial, não foi possível ter a associação dos temas violência, PAEE e Educação Infantil. É importante destacar que houve a delimitação, mas não como o previsto na proposta inicial, pois verificamos a necessidade de abrir para outros descritores, como: violência, bullying, estigma e preconceito, associados à deficiência.

Organizamos os resultados do mapeamento da Revista Brasileira de Educação Especial no quadro 01, a partir das categorias: ano da publicação do artigo, autores, instituição que os autores foram ou estão vinculados, título do artigo e objetivos. Essas categorias foram analisadas a partir dos estudos de Bardin (2009, p. 123) “Nem todo o material de análise é susceptível de dar lugar a uma amostragem, e, nesse caso, mais vale abstermos-nos e reduzir o próprio universo (e, portanto, o alcance da análise) se este for demasiado importante”.

Definimos recorrer à análise de conteúdo de Bardin (2009), para compreender as categorias definidas na pesquisa, de forma mais minuciosa e, assim, desvendar o que os pesquisadores dos artigos levantados no período de 2000 a 2013 compreenderam e contribuíram para o avanço dos estudos sobre o tema. Os estudos de Bardin (2009) são relevantes pois possibilitam que

Mensagens obscuras que exigem uma interpretação, mensagens com um duplo sentido cuja significação profunda só pode surgir depois de uma observação cuidadosa ou de uma intuição carismática. Por detrás do discurso aparente, geralmente simbólico e polissêmico, esconde-se um sentido que convém desvendar.

Na análise buscamos contar com teóricos e estudiosos críticos. Dentre os teóricos é importante destacar Vygotsky<sup>4</sup> (2004, p. 381), por compreender que: “O milagre da educação social consiste em que ela ensina o deficiente a trabalhar, o mudo a falar, o cego a ler, mas esse milagre deve ser entendido como um processo absolutamente natural de compensação educativa das deficiências”. Na esteira desta reflexão, inserimos as contribuições de Vigotsky (1989, p. 130), que amplia a discussão sobre compreensão e pensamento, pois:

Para compreender a fala de outrem não basta entender as suas palavras – temos que compreender o seu pensamento. Mas nem mesmo isso é suficiente – também é preciso que conheçamos a sua motivação. Nenhuma análise psicológica de um enunciado estará completa antes de se ter atingido esse plano.

A partir das contribuições de Vygotsky (1989, 2004), foi possível ampliar a discussão sobre deficiência, habilidade, potencialidade e, assim, compreender os resultados constantes nos artigos das revistas especializadas em Educação Especial, que por vários anos têm dado importante contribuição para o PAEE no Brasil.

Esta pesquisa de Iniciação Científica percorreu um ciclo, iniciado no levantamento e revisão bibliográfica sobre Educação Especial, violência e Educação Infantil, seguido do

---

<sup>4</sup> O nome de Vygotsky aparece grafado de duas formas, pois mantivemos como está nas referências bibliográficas.

mapeamento dos artigos nas revistas Educação Especial de Santa Maria e Revista Brasileira de Educação Especial. A pesquisa não findou, pois também tem como objetivo a ida a campo, com observações e posterior análises do cotidiano de um espaço de educação infantil.

## 2. Resultados e Discussão

A Revista Educação Especial de Santa Maria e a Revista Brasileira de Educação Especial publicam apenas temas relacionados à Educação Especial, sob diferentes concepções. Para tanto, buscamos, a partir das revelações nos artigos científicos sobre o tema deficiência associado à violência, apresentar os resultados das pesquisas realizadas em diferentes regiões do País.

No mapeamento, realizado no período de 2000 a 2013, que estão disponíveis online, foram 33 edições da Revista de Educação Especial de Santa Maria. Dessas edições encontramos cinco artigos que tem como assunto preconceito, violência, estigma associados a Deficiência.

Esses artigos foram publicados nos anos de 2000, 2001, 2003, 2009 e 2013, conforme segue: “A evolução do (pre)conceito de deficiência”, de Vaneza Cauduro Peranzoni e Soraia Napoleão Freitas, da Universidade Federal de Santa Maria-RS; “Ressignificando a concepção de ‘deficiência’ através de ambientes de aprendizagem Computacionais telemáticos”, de Ana Vilma Tijiboy e Luisa Hogetop, sendo a primeira da UERS e a segunda da Pref. Mun. Porto Alegre-RS; “Educação escolar inclusiva: demanda por uma sociedade democrática”, de Valdelúcia Alves da Costa da UFF; “O método de história de vida em pesquisas sobre auto-percepção de pessoas com necessidades educacionais especiais”, de Rosana Glat – Márcia Denise Pletsch, da UERJ e da UFRRJ; “Sala de aula e diversidade”, das autoras Eveline Borges Vilela-Ribeiro, Ana Maria Canavarro Benite e Edda Borges Vilela, sendo as duas primeiras da UFG e a terceira da Pref. Mun. de Mineiros, conforme Quadro 01.

Os artigos apresentam abordagens diferentes, o primeiro aborda a forma como a sociedade vê os deficientes deste a antiguidade, que por muitas vezes foram ignorados e maltratados e, mesmo quando era dito que deveriam incluí-los em serviços especiais não faziam, mas sim, os excluíam cada vez mais, tratando-os como pessoas incapazes de se adaptarem aos padrões da sociedade. É interessante destacar que o artigo de Peranzoni e Freitas (2000), apesar de ter um objetivo mais amplo, “Explicitar a evolução histórica da conceituação da deficiência sob a ótica do estigma e da discriminação que configuraram (e,

por vezes, ainda configuram!) as páginas de nossa história, mais precisamente quanto às oportunidades educacionais (negadas e proporcionadas) e aos serviços oferecidos à clientela dita especial”, contribui para as discussões sobre uma violência pouco discutida, a simbólica, pois não importa o nível de escolarização do aluno, mas sim a forma da violência praticada, que neste artigo é retratada pelo preconceito.

O artigo “Ressignificando a concepção de ‘deficiência’ através de ambientes de aprendizagem Computacionais telemáticos” das autoras do Rio Grande do Sul - Ana Vilma Tijiboy e Luisa Hogetop, retrata o preconceito enquanto forma de violência simbólica, como esta claro em seu objetivo “Trazer um rápido registro histórico sobre a estigmatização das atualmente denominadas Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais e as implicações desta na definição das práticas educacionais e sociais”. Há que se considerar que essas pessoas estigmatizadas, em muitas situações sofrem violência simbólica, como afirmam as autoras no artigo.

Nessa sequência se encontra o artigo de Valdelúcia Alves da Costa, de 2003, “Educação escolar inclusiva: demanda por uma sociedade democrática” que destaca que seu objetivo foi de “Analisar a educação escolar de indivíduos com deficiência, na sociedade contemporânea, com destaque para o Brasil, na perspectiva da escola inclusiva, considerando os documentos oficiais brasileiros e estrangeiros, e à luz do pensamento de Adorno e Horkheimer acerca do preconceito”. Essa autora traz uma importante contribuição teórica, ao dialogar com Adorno e Horkheimer, numa evidente preocupação com a emancipação social.

O artigo de 2009, das autoras Rosana Glat e Marcia Denise Pletsch, “O método de história de vida em pesquisas sobre auto-percepção de pessoas com necessidades educacionais especiais”, retoma a questão do preconceito e traz contribuições ao objetivar “Discutir a auto-percepção de pessoas estigmatizadas por possuírem deficiência intelectual (mental), sensorial e /ou física; transtorno global do desenvolvimento (autismo, psicose, etc) ou altas habilidades/superdotação. As autoras concluem que “Não há dúvida de que para o desenvolvimento de qualquer trabalho educacional ou clínico, seja a nível local /individual ou de políticas públicas, faz se necessário ouvir aqueles que diretamente estão enfrentando o problema, os familiares, os profissionais e, sobretudo, as próprias pessoas com deficiência”.

O artigo de 2013, das autoras Eveline Borges Vilela-Ribeiro, Ana Maria Canavarro Benite; Edda Borges Vilela, retrata as diferenças entre os seres humanos, que caracterizam a espécie humana e que isso, por si só, já advoga em favor da diversidade. As autoras discutem

que a espécie humana tem utilizado diferentes formas de preconceito entre as pessoas, com características marcantes de violência simbólica.

Há que se considerar que aqui tratamos a violência simbólica associada à construção efetiva do processo de socialização e culturalização do indivíduo, que leva a pessoa a um posicionamento, a partir de padrões e critérios estabelecidos pela classe dominante, em discursos de convencimento, considerando o desconhecimento como principal foco de inibição.

Já o preconceito é estabelecido pela cultura que o ser humano acumula historicamente. Para Crochik (1997, p. 16) o preconceito é “O agir sem reflexão, de forma aparentemente imediata perante alguém, [...], *a priori*, uma reação congelada, assemelha-se à reação de paralisia momentânea que temos frente a um perigo real ou imaginário”.

As pessoas se não tiveram uma experiência anterior ao se deparar com algo novo é natural que se estabeleça a estranheza, que na maioria das vezes é caracterizada como preconceito. Com a experiência da aproximação e da vivência passa a julgá-lo bom ou ruim, ou simplesmente natural. Uma pessoa com alguma deficiência não é diferente dos outros, ela deve ser vista e tratada com naturalidade, com respeito às suas características e particularidades. Peranzoni e Freitas (2000, p. 03), concluem:

[...] Portanto, buscamos uma escola e uma sociedade inclusivas, a que todos tenham acesso e onde sejam respeitados os limites de cada um, sendo dado espaço a todas as pessoas para que elas possam crescer e transformar cada dia mais o seu meio, rompendo com muitas das barreiras que lhes são impostas.

#### Quadro 01: Artigos publicados na Revista Educação Especial de Santa Maria - RS

Ano	Autor(es)	Instituições	Título do artigo	Objetivo
2000	Vaneza Cauduro Peranzoni; Soraia Napoleão Freitas	Universidade de Cruz Alta – RS UFSM-RS	A evolução do (pre)conceito de deficiência	Explicitar a evolução histórica da conceituação da deficiência sob a ótica do estigma e da discriminação que configuram (e, por vezes, ainda configuram!) as páginas de nossa história.
2001	Ana Vilma Tijiboy e Luisa Hogetop	UERS PRef. Mun. Porto Alegre-RS	Ressignificando a concepção de "deficiência" através de ambientes de aprendizagem computacionais telemáticos	Trazer um rápido registro histórico sobre a estigmatização das atualmente denominadas Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais e as implicações desta na definição das práticas educacionais e sociais.
2003	Valdelúcia Alves da Costa	UFF	Educação escolar inclusiva: demanda por uma sociedade democrática	Analisar a educação escolar de indivíduos com deficiência, na sociedade contemporânea, com destaque para o Brasil, na perspectiva da escola inclusiva, considerando os documentos oficiais brasileiros e estrangeiros, e à luz do pensamento de Adorno e Horkheimer acerca do preconceito.

2009	Rosana Glat – Márcia Denise Pletsch	UERJ UFRRJ	O método de história de vida em pesquisas sobre auto-percepção de pessoas com necessidades educacionais especiais	Discutir a auto-percepção de pessoas estigmatizadas por possuírem deficiência intelectual (mental), sensorial e /ou física; transtorno global do desenvolvimento (autismo, psicose, etc) ou altas habilidades/superdotação.
2013	Eveline Borges Vilela-Ribeiro; Ana Maria Canavarro Benite; Edda Borges Vilela	UFG UFG Prefeitura Mun. de Mineiros	Sala de aula e diversidade	Discutir sobre como as diferenças entre os seres humanos caracterizam a espécie humana e que isso, por si só, já advoga em favor da diversidade.

**Fonte:** Revista de Educação Especial. Disponível em: < <http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/educacaoespecial/article/view/5253/3200>>.

Dando sequência à proposta de análise dos trabalhos, levantamos os dados da Revista Brasileira de Educação Especial, no período de 2000 a 2013. Essa Revista publicou neste período 39 números, em formato de artigos, documentos, ensaios, relatos de pesquisa, resenhas, comentários, informes, revisões de literatura e avaliações de periódicos. Desse total de edições apenas onze trabalhos discutem a temática violência, conforme Quadro 02.

Dentre os onze trabalhos publicados apenas dois referem-se ao tema que associa violência, deficiência e Educação Infantil. Um foi publicado em 2013, intitulado “Maus-tratos em crianças e adolescentes com deficiência e/ou perturbações do desenvolvimento”, escrito por Vera Cruz e Cristina P. Albuquerque, ambas da Universidade de Coimbra, Portugal. Este artigo apresenta importantes contribuições de uma realidade diferenciada, que ocorre em Portugal sobre os temas violência e deficiência.

A pesquisa das autoras é sobre crianças e adolescentes com deficiências/perturbações no desenvolvimento, que sofreram entre duas ou mais formas de maus tratos, como físico, psicológico e negligência. Além dessas formas de maus-tratos (física, emocional, sexual e negligência), os maus tratos podem assumir a forma de abandono, fato de importante relevância, pois muitas crianças com deficiências/perturbações do desenvolvimento, segundo o artigo, tinham associações devido aos maus tratos recebidos principalmente pela mãe e pai.

Segundo as autoras este fato ocorre porque as crianças com deficiência são mais vulneráveis a não resistência, além de raramente denunciarem o que lhes acontece, pois muitas vezes não compreendem que estão sofrendo algum tipo de violência. A não compreensão faz com que eles não tenham reação sobre o ocorrido ou sobre o agressor. O artigo cita que algumas soluções foram apresentadas sendo que uma delas foi sensibilizar as famílias e a comunidade para a importância do cuidado que devemos ter com a criança e saber

sinalizar as autoridades quando detectado maus tratos, pois é dever de toda pessoa que percebe violência contra qualquer ser humano, denunciar.

Os professores pela sua proximidade com as crianças podem verificar quando o comportamento e o desenvolvimento da criança estão comprometidos. Também podem observar se há indicadores de maus tratos: lesões visíveis, absenteísmo injustificado ou repetido, mudanças inesperadas no desempenho acadêmico, se estão desconfiadas, apresentam déficit de atenção, dificuldades na realização das tarefas escolares, tristeza, desânimo, isolamento e pouco relacionamento com as outras crianças, agressividade verbal ou física; comportamentos sexualizados ou comentários sexuais inadequados para a idade Azevedo; Maia (AZEVEDO; MAIA apud CRUZ; ALBUQUERQUE, 2006).

O artigo cita uma intervenção e acompanhamento que se mostrou positivo em alguns casos na família, e nas suas respectivas necessidades, como também a participação das vítimas em programas e/ou atividades que ensinem a defender-se em situações que possam surgir, da qual precisa de uma defesa física, porém esse último não teve muito êxito devido ao fato de algumas crianças/adolescentes com deficiência terem dificuldades em expressar o que lhes acontecem, e em segundo lugar, porque existem evidências de que é possível ensinar aptidões de proteção a criança/jovens com deficiência, isto é, comportamentos verbais e não verbais que permitam evitar um dano potencial ao próprio, abandonar ou terminar uma situação de dano efetivo.

[...] para atuar de forma preventiva, instruindo a família como entender e compreender para que ao desenvolver uma problemática no envolvimento da criança e da sua situação seja possível criar expectativas realistas e positivas em determinadas fase da criança, diminuindo os maus tratos que muitas vezes ocorre no contexto familiar. Além desses recursos podem intervir de forma precoce na saúde, natureza social, índole educacional e na gestão de tempo para evitar uma sobrecarga ao cuidador. (GONZALVO apud CRUZ; ALBUQUERQUE, 2013, p. 22).

O segundo artigo, publicado em 2007, “Evidências sobre violência e deficiência: implicações para futuras pesquisas”, escrito Daniel Marinho Cezar da Cruz; Juliana Testa Silva e Heliana Castro Alves, todos mestres pela UFSCar, trata de uma revisão bibliográfica realizada nos últimos dois anos (2005 e 2006), referentes a diversas definições do que é violência e suas relações com a deficiência no desenvolvimento humano. O tema é bastante vasto em discussão devido a complexidade de fatores envolvidos.

Discutiu-se a relação entre violência e classe social concluindo que a violência é percebida em todos os níveis sociais quebrando o tabu que a violência só é encontrada em grupos de pessoas de baixa renda, com pouca instrução ou com deficiência. As pessoas da

sociedade na atualidade têm buscado justificativa para atos de discriminação, maus tratos, violência simbólica, entre outras, mas é necessário que todos fiquem atentos a qualquer manifestação nesse sentido, desde a Educação Infantil, para que isso não ocorra, influenciando negativamente as crianças.

O artigo cita que uma vez detectado algum tipo de deficiência tanto a criança quanto a família devem receber acompanhamento de profissionais especializados o quanto antes, para evitar uma série de violência a essa criança indo desde maus tratos ao isolamento deste, que muitas vezes a família o faz na intenção de proteger e que algumas dessas deficiências acontecem em ocorrência a violência sofrida pela criança no ambiente familiar.

Esse estudo aponta algumas ações importantes na intervenção e cuidado a essa criança e cita ainda a necessidade dos profissionais ligados à educação especial estarem atentos em identificar as situações de risco com a possibilidade de traçar metas para a solução dos problemas.

A criança com deficiência é mais vulnerável a violência, pois muitas vezes não sabe como se defender da agressão e não sabe denunciar o agressor, muitas vezes ela mesma não tem condições de reivindicar e denunciar sobre o que deve ou não deve ser feito. Mesmo sendo crime esse tipo de violência, o judiciário não tem agido de forma decisiva, em alguns casos, até mesmo com provas contra os crimes o julgamento é lento e a pena branda.

É relevante que a equipe escolar busque alternativas, encontre outras possibilidades de ampliar seu trabalho, pois “Nossos olhares precisam se voltar para trabalhos locais que possam apresentar suas realidades, para, assim, realizarmos trabalhos efetivos, contando principalmente com a aproximação entre universidade e escolas públicas”. (ARAÚJO, FREITAS e SANTOS, 2012, p. 20).

Os outros artigos foram analisados de forma aligeirada, considerando que este estudo não foi finalizado, ou seja, está em andamento, mas foi possível verificar que o preconceito e o estigma são destaques, caracterizando a violência simbólica. Outra consideração a ser feita é quanto a evolução do tema nos últimos quatro anos, pois dos onze artigos, seis foram publicados a partir de 2010, momento de grandes discussões prós e contras a inclusão total do PAEE nas escolas comuns, nas universidades e por pesquisadores, tendo duas relevantes leis aprovadas em menos de quatro anos, a Lei nº 21/2008, de 12 de Maio de 2008 (BRASIL, 2008a), que alterou artigos da Lei nº 03/2008, de 07 de janeiro de 2008 (BRASIL, 2008b) e o Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011 (BRASIL, 2011), que dispõe sobre a Educação Especial e o Atendimento Educacional Especializado, inserindo o termo Público Alvo da

Educação Especial (PAEE). As pressões ao legislativo foram grandes, sendo as leis alteradas conforme as reivindicações, no primeiro momento dos mais radicais em prol da inclusão total e no segundo, atendendo aos mais moderados.

No que pese os ganhos e as perdas, é importante que se destaque, que o País tem realizado importantes discussões em prol do atendimento ao documento de Salamanca (ONU, 1994), que é signatário. Essa Declaração dentre seus cinco atos proclamados, aponta, no último que:

[...] as escolas regulares, seguindo esta orientação inclusiva, constituem os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, criando comunidades abertas e solidárias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos; além disso, proporcionam uma educação adequada à maioria das crianças e promovem a eficiência, numa óptima relação custo-qualidade, de todo o sistema educativo. (ONU, 1994).

**Quadro 02:** Artigos publicados na Revista Brasileira de Educação Especial.

Ano	Autor(es)	Instituição dos autores	Título do artigo	Objetivo
2003	Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Williams	Universidade Federal de São Carlos	Sobre deficiência e violência: reflexões para uma análise de revisão de área.	Demonstrar a inter-relação entre o fato de ser portador de deficiência e a temática da violência.
2003	Suad Nader Saad	Pref. Municipal de São Paulo	Preparando o caminho da inclusão: dissolvendo mitos e preconceitos em relação à pessoa com síndrome de Down	desvelar desempenhos relevantes desses sujeitos [Síndrome de Down] em várias áreas do conhecimento.
2006	Cláudia Gomes e Altemir José Gonçalves Barbosa.	PUC Campinas	Inclusão escolar do portador de paralisia cerebral: atitudes de professores do ensino fundam.	Avaliar as atitudes do professor quanto à inclusão de portadores de paralisia cerebral (PPC)
2007	Daniel Marinho Cezar da Cruz; Juliana Testa Silva; Heliana Castro Alves	Universidade Federal de São Carlos	Evidências sobre violência e deficiência: implicações para futuras pesquisas	Discutir o fenômeno da violência e suas relações com a deficiência no desenvolvimento humano destacando-se alguns tipos de violência e suas relações com a deficiência.
2010	Ana Cláudia Bortolozzi Maia; Paulo Rennes Marçal Ribeiro	UNESP de Bauru e de Araraquara	Desfazendo mitos para minimizar o preconceito sobre a sexualidade de pessoas com deficiências	Desfazer mitos para minimizar o preconceito sobre a sexualidade de pessoas com deficiências
2010	Clara Regina Abdalla Ferraz; Marcos Vinícius de Araujo e Luiz Renato Rodrigues Carreiro	Universidade Presbiteriana Mackenzie	Inclusão de crianças com Síndrome de Down e paralisia cerebral no ensino fundamental I: comparação dos relatos de mães e professores.	Conhecer o processo de inclusão do aluno com Síndrome de Down e Paralisia Cerebral, a partir da comparação dos relatos de pais e prof. e analisar como sua interação afeta o processo de inclusão.
2011	Lidia Maria Marson Postalli; Raquel Fraga Munuera e Ana Lúcia Rossito Aiello	UFSCar	Caracterização de família de mãe com deficiência intelectual e os efeitos no desenvolvimento dos filhos.	Descrever uma família em que havia a suspeita de mãe com deficiência intelectual, seus estressores e alguns efeitos desses múltiplos estressores no desenvolvimento das crianças e na adesão aos programas de intervenção.
2011	Rita de Cássia Barbosa Paiva Magalhães; Erasmo Miessa Ruiz	UFRN UECE	Estigma e currículo oculto	Realizar uma discussão sobre estigma e suas formas de manifestação no currículo da escola, tomando por base a noção de currículo oculto.
2013	Vera Cruz; Cristina P. Albuquerque	Universidade de Coimbra, Portugal	Maus-tratos em crianças e adolescentes com deficiência e/ou	Analisar as características da associação entre deficiência e/ou perturbações do desenvolvimento e

			perturbações do desenvolvimento	maus-tratos na população infanto-juvenil portuguesa, e destacar as respectivas implicações no domínio da educação especial.
2013	Marcília de Morais Dalosto; Eunice Maria Lima Soriano de Alencar	Universidade Católica de Brasília	Manifestações e prevalência de <i>bullying</i> entre alunos com altas habilidades/superdotação.	Investigar o envolvimento de alunos com altas habilidades/superdotação com a prática de <i>bullying</i> , tendo como base os papéis assumidos por eles na condição de vítima, agressor e/ou testemunha.
2013	Dalva Nazaré Ornelas França	UEFS	Sexualidade da pessoa com cegueira: da percepção à expressão	Apreender como as pessoas com cegueira congênita percebem e expressam sua sexualidade.

Fonte: Revista Brasileira de Educação Especial.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de ser um tema vasto e complexo, não tem como questionar que uma das principais causas dos problemas como dificuldade de relacionamentos, socialização, desenvolvimento intelectual ou educacional é proveniente de algum tipo de violência que uma criança com deficiência foi vítima em alguma fase de sua vida ou pela família ou pela própria sociedade, como foi possível observar na revisão bibliográfica e nos artigos analisados nas duas Revistas sobre Educação Especial.

Há a necessidade de uma maior conscientização das pessoas da sociedade sobre as especificidades das pessoas com deficiência ou problemas de comportamento, pois são pessoas com direitos iguais aos demais e cabe à sociedade incluí-lo em seu meio. A escola em seu papel de agente educador deve estar preparada para recebê-los com educadores capacitados e material adaptado para as necessidades específicas da criança com necessidade de educação especial.

Em todos os artigos levantados evidenciamos que o PAEE não é responsável pela violência escolar, mas é importante que se compreenda, que os alunos com deficiência nas escolas, poderão sofrer *bullying*, intolerância, preconceito, violência, pois isso não é recorrente apenas com alunos com deficiência mas sempre que houver uma situação em que o aluno dito normal não tiver orientações familiares e na escola de que todos são iguais, em direitos e deveres.

Concluimos que os autores entendem que o espaço escolar é um local de inclusão de todos, independente de deficiência, etnia, gênero, classe social, enfim, de marcas e situações que os estigmatizaram, que os deixaram a margem da sociedade, como menores, sem

capacidade, sem direito a viver e a conviver, ou seja, não os deixando escolhas quanto a escolhas e definições para suas vidas.

### Referências Bibliográficas

ARAUJO, D. A. C.; FREITAS, E. S. e SANTOS, R. M. R. dos. Inclusão social e formação de professores. In. ARAUJO, D. A. C. e BERTOLETTI, E. N. M. (Org.). *Inclusão social e educação: diferentes perspectivas*. Dourados-MS: UEMS, 2012.

ARENDT, H. *Sobre a Violência*. Rio de Janeiro, RJ: Relume Dumará, 1994.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa, Portugal: Edições 70, LDA, 2009.

BRASIL. *Lei 21/2008*. Brasília, DF: Gráfica do Senado, 2008a.

\_\_\_\_\_. *Lei 03/2008*. Brasília, DF: Gráfica do Senado, 2008b.

\_\_\_\_\_. *Decreto nº 7.611/2011*. Brasília, DF: Gráfica do Senado, 2011.

CROCHIK, J. L. *Preconceito: indivíduo e cultura*. São Paulo, SP: Robe Editorial, 1997.

CRUZ, D. M. C. da; SILVA, J. T.; ALVES, H. C. Evidências sobre violência e deficiência: implicações para futuras pesquisas. *Revista de Educação Especial*, 2013. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-65382007000100009&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-65382007000100009&script=sci_arttext)> Acesso em: 10 abr. 2014.

CRUZ, V. C.; ALBUQUERQUE, P. Maus-tratos em crianças e adolescentes com deficiência e/ou perturbações do desenvolvimento. *Revista Brasileira de Educação Especial*. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-65382013000100002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382013000100002)> Acesso em: 10 abr. 2014.

PERANZONI, V. C.; FREITAS, S. N. A evolução do (pre)conceito de deficiência. 2000. *Revista Brasileira de Educação Especial*. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/educacaoespecial/article/view/5253>>. Acesso em: 10 abr. 2014.

ONU. *Declaração de Salamanca*. 1994.

VIGOTSKY, L. S. *Pensamento e linguagem*. 2. ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1989.

\_\_\_\_\_. *Psicologia Pedagógica*. 2. ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2004.